

5 O ESTIGMA SOCIAL, AS SEQUELAS PSÍQUICAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS PORTADORES DE HIV

Dirceu Pereira Siqueira¹, Mayume Caires Moreira², Maria Rita Febraio Albino³

¹ Orientador Doutor, Universidade de Coimbra (Portugal), Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas - Mestrado e Doutorado - Universidade Cesumar UNICESUMAR, Campus Maringá-PR, dpsiqueira@uol.com.br;

² Coorientadora Mestre, Professora Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Campus Maringá -PR
mayumecaires@hotmail.com;

³ Orientanda, Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Campus Maringá-PR, bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. mariarita1989@gmail.com

RESUMO

A pesquisa examina a história da descoberta da AIDS, com enfoque em seu processo de estigmatização e nos fatores que perpetuam a discriminação de pessoas soropositivas. Desde 1980, o estigma enfrentado por indivíduos portadores do vírus HIV tem raízes em intolerância sociais, dogmas e desinformação veiculada a mídia. O diagnóstico do vírus frequentemente resulta em violações aos direitos da personalidade e ao direito à dignidade humana. Neste viés, o estudo enfatiza a necessidade da criação de políticas públicas inerentes a educação e conscientização social, visando para além da punibilidade de condutas discriminatórias, e a proteção na esfera da saúde, a conscientização para que o estigma contra soropositivos atinja a esfera preventiva e não somente punitiva. A pesquisa adota a abordagem dedutiva, com revisão bibliográfica não sistemática em base de dados nacionais e internacionais. Como resultado, almeja-se a identificação de mecanismos que contribuam para a proteção dos direitos dos soropositivos, propondo caminhos para sua efetivação, de modo a alcançar uma sociedade mais justa e equitativa. O estudo reforça que o enfrentamento do estigma não é apenas uma questão de saúde, mas um imperativo social e ético, essencial para a garantia de que todos os indivíduos, independentemente de seu status sorológico, possam viver com dignidade, respeito e com a proteção de sua integridade psíquica.

Palavras-chave: Soropositivos. Inclusão Social. Vulnerabilidade. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O primeiro caso de AIDS no Brasil foi registrado em 1980. Causada pelo HIV, a doença enfraquece o sistema imunológico e é transmitida, sobretudo, por relações sexuais desprotegidas, compartilhamento de seringas e contato com instrumentos não esterilizados. Além dos impactos na saúde, os portadores do vírus enfrentam situações de estigma. O Índice de Estigma em Relação às Pessoas Vivendo com HIV/Aids – Brasil (2025) revelou que 52,9% das pessoas que vivem com HIV no Brasil já sofreram algum tipo de discriminação ao longo de sua vida. Diante disso, o estudo busca compreender a construção histórica desse estigma no Brasil, suas consequências interligadas aos direitos da personalidade e como as políticas públicas, em especial, no âmbito educacional, podem promover dignidade, inclusão e respeito. A proposta é destacar a necessidade de ações integradas entre Estado, sociedade e



sistema de saúde para enfrentar preconceitos, ampliar o acesso a tratamentos e consolidar a cidadania plena das pessoas portadoras de HIV.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A pesquisa utilizou como método a revisão bibliográfica e documental, com base em referenciais teóricos que discutem a formação da identidade, os processos de estigmatização e os direitos da personalidade. No tocante ao contexto brasileiro, foram analisadas legislações específicas, como a Constituição Federal de 1988, que estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado (art. 1º, inc. III), a Lei n. 9.313/1996, que assegura o acesso gratuito à terapia antirretroviral, e a Lei n. 12.894/2014, que criminaliza práticas discriminatórias contra pessoas vivendo com HIV.

Ademais, realizou-se a análise de registros midiáticos da década de 1980, que contribuíram para a construção da imagem social da AIDS no Brasil. Estudos como os de Júnior e Souza (2020) revelam manchetes como “O enigma que mata” (Veja, 1983) e “Peste gay vem da África” (Folha de São Paulo, 1983), que reforçam preconceitos e estigmas em torno da doença.

Os resultados da pesquisa indicam que a identidade, enquanto construção social, é formada por meio de processos simbólicos e relacionais. Para Castells (1997, p. 23), ela é construída a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, instituições e memória coletiva, mas adquire significado a partir de projetos culturais e sociais. No campo das relações sociais, o desvio não é uma qualidade intrínseca de um ato, mas o resultado da aplicação de regras sociais a determinados indivíduos. Nesse mesmo sentido, Goffman (1988, p. 13) define o estigma como um atributo capaz de afastar o sujeito das interações sociais e marca-lo negativamente perante a coletividade.

Aplicando tais conceitos ao campo da HIV/AIDS, observa-se que a doença foi associada, desde sua descoberta nos anos 1980, a grupos sociais específicos, como homossexuais, usuários de drogas e profissionais do sexo, sendo entendida como “punição” por estilos de vida considerados desviantes (Brasil, 2013; Almeida; Labroncini, 2007). A mídia teve papel fundamental ao disseminar representações



alarmistas que consolidaram a relação entre HIV e marginalidade social (Júnior e Souza, 2020).

O estigma relacionado ao HIV configura-se, assim, como uma “terceira epidemia”, além das anteriores, referentes ao vírus e a doença propriamente dita (Mann, 1987). Ele produz severas sequelas psíquicas, como depressão, ansiedade, isolamento social e autoestigmatização (Corrigan, 2009, Souza, 2008). A teoria da profecia autorrealizável (Merton, 2017) reforça essa compreensão, ao demonstrar como crenças estigmatizantes, mesmo quando falsas, podem modificar comportamentos e se concretizar na realidade do sujeito estigmatizado.

No âmbito das políticas públicas, destacam-se três momentos principais: a criação do Programa Nacional de DST/AIDS em 1986, que estruturou a resposta estatal à epidemia; a regulamentação da terapia antirretroviral gratuita em 1996, por meio da Lei n. 9.313, que aumentou significativamente a sobrevivência dos pacientes (Marins et al., 2003); e a política de prevenção combinada, implementada em 2016/2017, que promoveu o uso de preservativos, PEP, PrEP, testagem e redução de danos.

Entretanto, apesar dos avanços, dados recentes revelam que o estigma ainda se mantém: o Índice de Estigma (2025) apontou que 52,9% das pessoas vivendo com HIV no Brasil relataram experiências de descriminalização, incluindo quebra de sigilo, coerção em serviços de saúde e violência física.

Nesse sentido, a educação surge como instrumento essencial de combate ao estigma. A alfabetização crítica possibilita ao indivíduo compreender sua realidade e transformá-la, rompendo visões dogmáticas que sustentam a discriminação (Saviani, 2008, p. 72). Não somente, a educação tem um papel importante na promoção de empatia e respeito aos direitos das pessoas que vivem com HIV/AIDS (Unesco, 2002).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1980, a Aids no Brasil tem revelado impactos que ultrapassam a saúde física, atingindo dimensões sociais, culturais e psíquicas. O estigma e a descriminalização ainda geram exclusão, sofrimento e comprometem a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV. Embora políticas públicas e a Lei n. 12.894/2014 tenham avançado na garantia de direitos e acesso à saúde, tais medidas



não são suficientes. A superação desse cenário exige uma abordagem integrada, que combine proteção legal, assistência em saúde e ações educativas voltadas à conscientização crítica, promovendo inclusão social, respeito e plena cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 12.894, de 24 de outubro de 2014. **Define como crime a discriminação contra pessoas vivendo com HIV ou com AIDS e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 out. 2014.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity**. 2nd ed. Malden, MA; Oxford: Blackwell, 1997. (The Information Age: economy, society and culture, v. 2).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (1992).

MARINS, J. R. P. et al. **Dramatic improvement in survival among adult Brazilian AIDS patients**. *AIDS*, v. 17, n. 11, p. 1675-1682, 2003.

UNESCO. **HIV e SIDA: desafios e abordagens do setor da educação**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Crítica: uma introdução**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Herbert de. **AIDS: a terceira epidemia**. São Paulo: Iglu Editora, 1991.